

Reforma agrária e construção de identidades: a formação dos agricultores em São Tomé e Príncipe

José Ambrósio Ferreira Neto¹
José Norberto Muniz²

Introdução

Até 1975 a figura do agricultor, enquanto sujeito dotado de autonomia e de conhecimentos específicos aplicados ao processo produtivo era praticamente inexistente em São Tomé e Príncipe, então pequena colônia portuguesa formada por duas ilhas e algumas ilhotas no Golfo da Guiné na costa africana. Durante o período colonial a propriedade da terra estava limitada aos portugueses, proprietários das roças que exploravam principalmente café e cacau. Aos santomenses restava o trabalho, às vezes escravo, nessas roças, submetidos ao estrito controle de capazes e feitores. Como no modelo de escravidão implantado no Brasil entre os séculos XVI e XIX, aos trabalhadores “livres” de São Tomé e Príncipe, num contexto de uma agricultura caracterizada pelo latifúndio e pela monocultura para exportação, era permitido apenas o plantio de pequenos cultivos de subsistência. Essa possibilidade de cultivar, no entanto, não desclassifica a afirmação de que o setor agrícola em São Tomé, até a independência em 1975 e do processo de reforma agrária iniciado nos anos 90, não possuía agricultores no sentido estrito do termo. Isto é, pessoas que detendo a posse ou a propriedade da terra conhecem e dominam os ciclos produtivos de espécies vegetais e animais e têm nesse ofício sua principal atividade. Ou seja, produtores com autonomia em relação ao conhecimento dos processos de trabalho e aos meios de produção. Nesse contexto, predominavam trabalhadores rurais, condicionados e subordinados ao mando e às ordens dos feitores e capatazes, no período colonial, e de funcionários do Estado na curta fase de nacionalização das roças no contexto pós-independência.

Este trabalho analisa o processo de construção da identidade dos agricultores santomenses, no contexto pós reforma agrária, onde o acesso à terra, implicará, além das conquistas

¹ Universidade Federal de Viçosa – CAPES - Brasil, LABORATE – Universidade de Santiago de Compostela, Espanha, ambrosioufv@gmail.com

² Universidade Federal de Viçosa – Brasil, nmuniz@ufv.br

materiais, a conquista de bens simbólicos e uma de nova identidade em contraste com a condição de mero empregado do Estado ou de subordinado aos antigos donos das roças.

A partir do final dos anos 80, com o fim da nacionalização das roças, iniciou-se um efetivo processo de reforma agrária com a transformação de milhares de trabalhadores assalariados em proprietários rurais, donos de suas próprias terras. Iniciava-se então o longo processo de transformação desses meros vendedores de força de trabalho em produtores rurais independentes que, não tendo salário, devem viver da produção que a terra pode lhes propiciar tanto em termos do próprio consumo, mas, principalmente, pela renda com a comercialização de seus produtos. Parte-se do argumento de que a grande maioria desses novos agricultores de São Tomé e Príncipe, por ter vivido a maior parte de suas vidas trabalhando no meio rural sob ordens de terceiros, não possui a identidade que efetivamente marca o ofício de agricultor, e que se caracterizaria por certa autonomia propiciada pela posse da terra e pelo conhecimento empírico dos ciclos naturais e dos processos produtivos.

O trabalho utiliza dados primários coletados sobre esses produtores rurais ao longo de 2007 e 2008, no decorrer da elaboração do PRONER, Programa Nacional de Extensão Rural de São Tomé e Príncipe, que contou com apoio do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do Brasil e do Ministério da Agricultura santomense, ver MUNIZ, FERREIRA NETO e ROCHA (2008). Os dados utilizados, ainda que formalmente restritos à população amostrada, servem de base para inferências e para a formulação da hipótese central do trabalho, bem como apresenta um retrato da realidade vivida pelo setor rural santomense. Estes dados constituem-se na primeira tentativa metodologicamente consistente de coletar e analisar informações sobre o setor rural em São Tomé e Príncipe.

O quadro de referência empírico utilizado foi definido pela distribuição geográfica dos produtores rurais do país, caracterizada, inicialmente, em termos de seis áreas, denominadas de distritos. O distrito do Príncipe localiza-se na ilha com o mesmo nome e os demais distritos pertencem à ilha de São Tomé, onde também está situada a capital do país.³ Esses distritos são subdivididos em empresas, que se constituem nas unidades de referência para a delimitação do segundo estágio de organização territorial dos imóveis. As

³ O distrito de Água Grande onde localiza-se a capital do país, a cidade de São Tomé, concentra mais de 50% da população santomense, caracterizando-se como uma área eminentemente urbana e, por isso, não foi incluído no processo de amostragem.

empresas são unidades administrativas cuja definição remonta à área geográfica abrangida pelas antigas roças, ou grandes propriedades rurais do período colonial, que, após a independência, foram transformadas em roças estatais e, posteriormente, distribuídas no processo de reordenamento territorial iniciado em 1993. O processo de seleção das empresas nos distritos e nas dependências fundamentou-se na identificação das homogeneidades entre elas, resultado dos tipos de cultivos existentes e das estruturas produtivas, bem como do padrão territorial que, em função do processo de reforma agrária conduzido pelo Estado, tem uma conformação bastante homogênea. Assim, existem empresas onde a ocorrência de produtores familiares é intensa, conformando uma estrutura produtiva de múltiplos cultivos em propriedades com extensão territorial muito diminuta. Por outro lado, em outras empresas o perfil produtivo nas dependências é caracterizado por médias e grandes propriedades que, fundamentalmente, se organizam para a monocultura do cacau e do café. Do conjunto de 15 empresas, 9 delas foram selecionadas para compor a amostra. São elas: Santa Catarina; Ponta Figo; Agostinho Neto; Monte Café, Milagrosa; Uba Budo; Colónia Açoreana; Ribeira Peixe e Porto Real.

1. O processo de reforma agrária e a formação dos agricultores em São Tomé e Príncipe

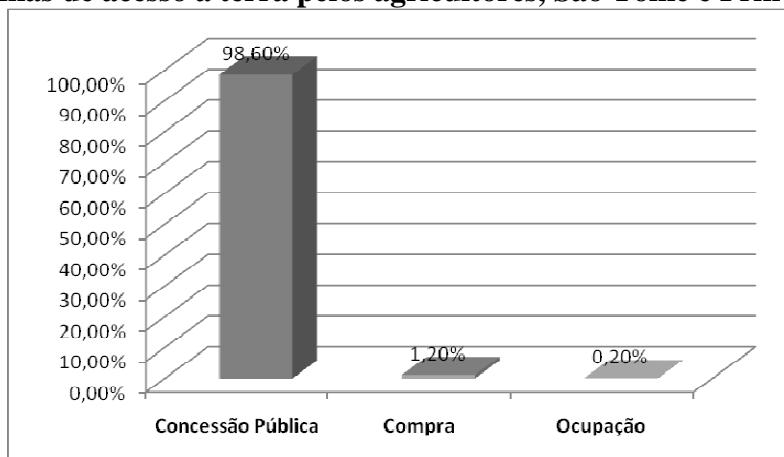
O atual quadro agrário de São Tomé e Príncipe foi delineado pelo novo modelo de organização produtiva e pelo processo de reforma agrária iniciados após a independência do país na segunda metade dos anos 70 do século passado. Após a independência, em 1975, houve um curto período de nacionalização das roças, com o Estado assumindo a responsabilidade sob o controle das terras e pela gestão do setor produtivo, principalmente dos plantios de cacau e café que se configuravam nas atividades mais rentáveis.

A atual existência de um vasto grupo de produtores rurais, ainda que limitados pela pouca quantidade de terra, pela falta de infra-estrutura e de apoio técnico e creditício, configurou-se, num primeiro momento, como condição necessária para uma efetiva transformação na base produtiva, antes latifundiária e monocultora, da agricultura santomense. Nessa perspectiva, como se pode observar pela Figura 1, a quase totalidade dos atuais agricultores teve acesso às suas propriedades pela ação do poder público na concessão de terras, isto é, na realização da reforma agrária. Tal situação, como se disse, não apenas abre a possibilidade para a transformação no setor produtivo rural, como também tem garantido, num primeiro momento, condições mínimas de trabalho e moradia, além de alguma renda

monetária e certa segurança alimentar para um contingente muito significativo da população santomense. Ainda, que os mesmos não se reconheçam efetivamente como agricultores com autonomia para definir o quê, quando, onde e como plantar e produzir.

Em todas as regiões do país, tanto na ilha de São Tomé, quanto na ilha do Príncipe, o percentual de agricultores que não receberam terra como uma concessão do poder público, tendo comprado as propriedades, é inferior a 5% do total. Assim, é visível o impacto positivo, sob a perspectiva distributiva, do processo de reforma agrária na sua primeira etapa que foi a de garantir o acesso à terra para 98,60% dos atuais agricultores santomenses. Ainda que outras etapas devam necessariamente ser implementadas, e o processo de construção da identidade desse novo grupo de produtores é uma delas, é necessário ressaltar que a reforma agrária foi um passo importante na construção de uma trajetória que pode possibilitar desenvolvimento econômico e justiça social no país, ajudando a romper com séculos de exploração e miséria.

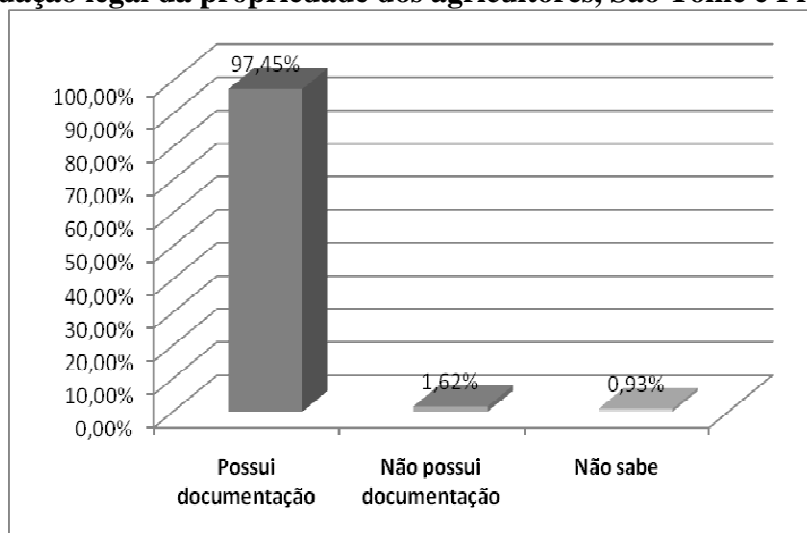
Figura 1. Formas de acesso à terra pelos agricultores, São Tomé e Príncipe, 2007.



Outro fator que reforça a importância do processo de distribuição de terras em São Tomé e Príncipe refere-se ao fato de que, sendo realizada de forma racional e controlada pelo poder público, a concessão de terras possibilitou a constituição de produtores rurais com situação formal e jurídica regular. Assim, esses novos agricultores além de já terem recebido as terras, possuem os documentos que regularizam a situação legal dos imóveis. A existência de documentos legais que vinculam a propriedade da terra aos seus efetivos ocupantes é de fundamental importância para dar segurança, tanto para os novos agricultores quando para setores de fomento e apoio, em uma eventual constituição de associações e cooperativas, e mesmo em relação ao próprio Estado e o setor privado, quando da definição de linhas de crédito, financiamentos, compra e venda de produtos e

equipamentos etc. Nesse sentido, conforme mostra a Figura 2, o percentual de agricultores que possuem documentação legal de suas terras chega a 97,45%. Sendo que em seis das nove regiões analisadas país esse percentual de 100%.

Figura 2. Situação legal da propriedade dos agricultores, São Tomé e Príncipe, 2007.



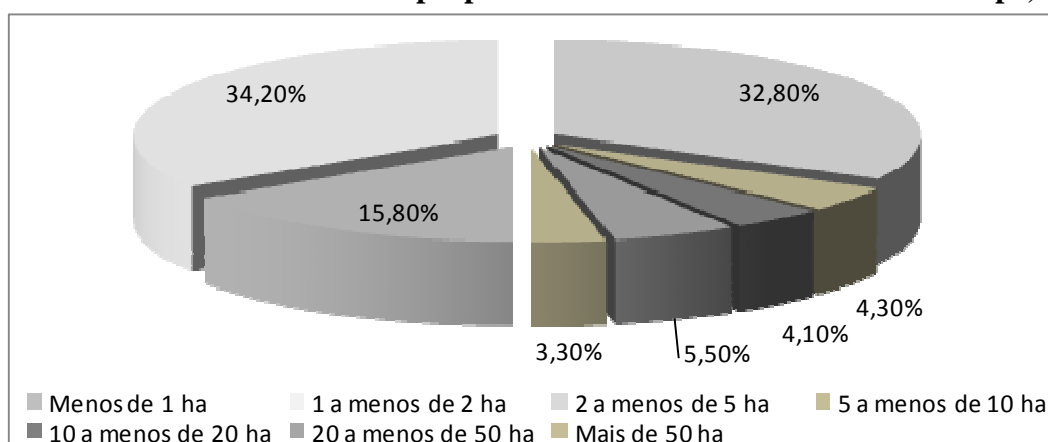
Além do número de agricultores que não possui documentação de suas terras ser muito baixo, quase inexpressivo, a justificativa para a inexistência dos documentos é apontada apenas como atraso no recebimento ou pelo fato de terem tido o acesso à terra muito recentemente e a documentação está seguindo os trâmites burocráticos pertinentes. Tal situação indica que o processo de distribuição de terras, de democratização da estrutura fundiária santomense, foi realizado sob o controle efetivo do estado, tanto do ponto de vista da origem das terras distribuídas quanto da destinação e da formalização jurídica dos novos produtores rurais. Ou seja, nesse contexto que envolve os aspectos formais e jurídicos da reforma agrária, haveria espaço institucional para o desenvolvimento entre os beneficiários de uma identidade legitimadora como definida por Castells (2000).

Castells (2002), analisando as questões contemporâneas que permeiam o processo de construção de identidades coletivas aponta três possibilidades ou caminhos distintos para o seu desenvolvimento. Uma possibilidade seria orientada pelo papel das instituições como agentes de dominação, nesse caso de gestaria, segundo ele, uma identidade legitimadora, com forte presença nos contextos nacionalistas e envolvendo processos de legitimação social. Um a segunda alternativa se apresentaria em contextos em que atores e grupos marginalizados constroem e definem princípios que os diferenciam e lhes dão unidade,

caracterizando uma identidade de resistência. A terceira possibilidade se apresentaria em um contexto em que atores sociais, em busca de inclusão e reconhecimento, se utilizam dos bens culturais e materiais de que dispõe para definir seu lugar na sociedade, sua identidade, numa situação que Castells (2002) define como identidade de projeto, por seu conteúdo de transformação social. No caso brasileiro o processo de construção da identidade dos assentados da reforma agrária se inicia antes da conquista da terra, ou seja na luta e na organização coletiva e envolve elementos tanto de uma identidade institucional e legitimadora quanto de projeto e resistência, que se apresentaria nos contextos em que os assentamentos rurais abrigam um contingente de trabalhadores sem-terra com maior organização e politização. Já em São Tomé e Príncipe como não existiu uma organização prévia dos trabalhadores como grupo de interesse e pressão e como o processo de reforma agrária foi uma concessão do Estado, os elementos de sociabilidade que orientam esse novo grupo de produtores e proprietários rurais, seguem os mesmos elementos de sua condição anterior, isto é, de trabalhadores assalariados.

Por outro lado, as especificidades do território santomense, ou seja, suas características de país insular e de pequenas dimensões, determinaram que o processo de reforma agrária, ao beneficiar um número expressivo de cidadãos, configurasse novas propriedades com área explorável muito pequena. Nessa perspectiva, como se pode observar pela Figura 3, a grande maioria dos agricultores, cerca de 82,80% possui imóveis com área menor do que 5 hectares, sendo que 34,20% possuem imóveis com área entre um e menos de 2 ha e que 15,80% destes tenham propriedades com menos de 1 ha.

Figura 3. Estrutura fundiária das propriedades rurais em São Tomé e Príncipe, 2007.



Tal situação configura o minifúndio como elemento dominante na estrutura fundiária do país o que, implica na obrigatoriedade do delineamento de sistemas mais integrados e

consoiciados de exploraçãõ agrícola dessas unidades, de modo a se obter o maior rendimento possível em termos de produtos destinados ao auto-consumo, garantindo segurança alimentar, e ao mercado, possibilitado geração de renda monetária. Ou seja, demanda conhecimento técnico adequado e utilização de insumos para que esses novos agricultores possam obter um volume de produção que lhes possibilite viver com dignidade e um mínimo de conforto e melhores condições de vida.⁴

Como se pode observar pela Figura 3, os agricultores com unidades produtivas com mais de 10 hectares correspondem a apenas 12,90% do total e são os que têm maior potencial de geração de renda monetária e de absorção de mão-de-obra, demandando, da mesma forma que o minifúndio, ações específicas para o seu perfil produtivo. Assim, percebe-se que, de acordo com a estrutura fundiária predominante, se delineiam três perfis de agricultores. O primeiro grupo, caracterizado pelos minifúndios onde, em alguns casos, as famílias possuem terra apenas para a construção de moradias, não sendo suficientes para o desenvolvimento de atividades produtivas que possam superar a condição de auto-consumo, correspondendo aos cerca de 15,80% que possuem área inferior a 1 ha. Para esse grupo permanece o imperativo de venda da força de trabalho como condição de sobrevivência, fugindo, portanto, ao perfil típico dos agricultores. O segundo grupo, seria o de transição com possibilidades distintas em relação à implementação de atividades produtivas de maior apelo mercadológico pela produção de excedentes, além da produção de auto-consumo. Esse grupo é majoritário em relação ao número de famílias e representa cerca de 71,30% do total de agricultores, sendo também o que mais se aproxima, num primeiro momento, à condição de agricultor que vive do processo de produção agrícola e não da alienação contínua de sua força de trabalho. O terceiro grupo se refere às famílias com maior potencial produtivo, em virtude de possuírem imóveis com dimensão territorial maior e, portanto, com maior capacidade de produzirem exclusivamente para o mercado. Trata-se do grupo com maiores possibilidades de se consolidar como produtores de valores de troca exclusivamente. Assim, percebe-se que a reestruturação fundiária produziu agricultores ou produtores rurais que, apesar de serem frutos do mesmo processo, têm características muito distintas entre si o que dificulta falar de uma identidade dos agricultores santomenses pós-reforma agrária. Guardadas as devidas proporções e as distinções históricas e políticas, os membros do terceiro grupo, cerca de 12% dos novos

⁴ A criação e implantação do Programa Nacional de Extensão Rural - PRONER, com apoio do Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq e da Agência Brasileira de Cooperação, órgãos do governo brasileiro, visa superar algumas dessas dificuldades.

agricultores, podem ser vistos como latifundiários locais e, via de regra, representam a elite econômica e política do país, sendo resistente à uma identificação e associação com os outros dois grupos.

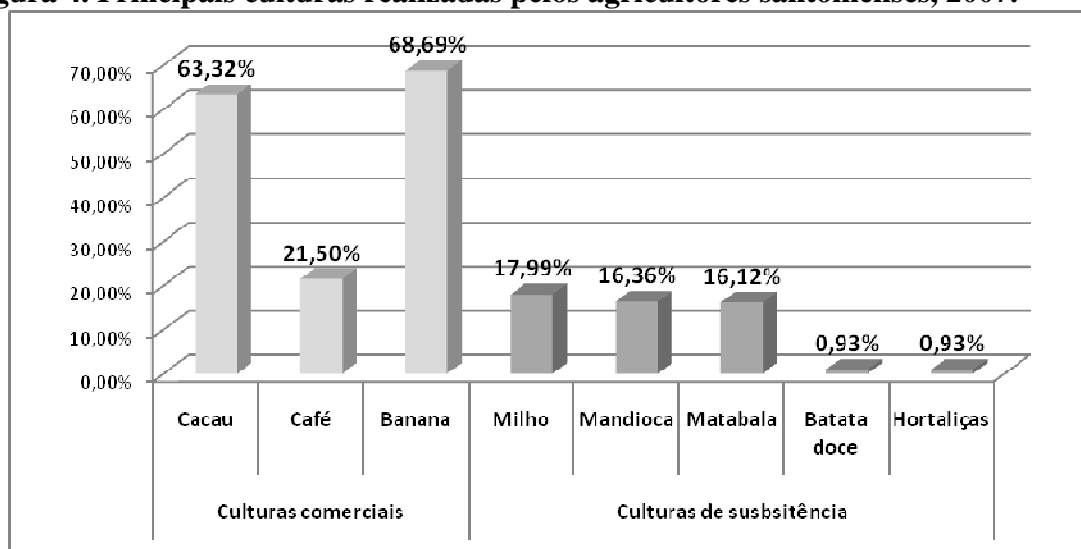
Percebe-se, pelo exposto, que o processo de constituição desses novos agricultores também se constituiu em um campo de disputas e de organização de interesses, onde os novos grupos, com diferentes graus de integração e de identidade, vão buscar construir e apresentar demandas ao Estado em termos de políticas públicas, financiamentos, assistência técnica etc.

Essa estrutura fundiária característica das unidades produtivas analisadas e, por extensão de todo o país, vai se refletir diretamente na forma como os agricultores qualificam seus empreendimentos, a partir do modo como organizam seus sistemas produtivos e de como estabelecem relações com o mercado. Nesse sentido, 87,01% dos agricultores declararam que seus imóveis configuram-se como unidades agrícolas familiares, enquanto apenas 12,99% declaram possuir médias empresas. Essa definição é bastante importante por que dá a dimensão produtiva que cada agricultor atribui, pelo menos simbolicamente, à sua unidade territorial, bem como indica o grau de integração que cada um tem com o mercado local e regional, e aponta para um processo que pode significar a formação de uma identidade típica desses grupos.

Nesse sentido, chama a atenção o fato de no Distrito de Uba-budo, na região administrativa de Cantagalo, Zona Sul I, a totalidade dos agricultores identifique suas propriedades como unidades agrícolas familiares e não se produza nem cacau nem café, predominando o milho, mandioca, frutas e matabala, culturas associadas ao auto-cosumo. Ou seja, muito próximo daquilo que se pode qualificar como agricultores familiares. Por outro, a qualificação de sua unidade produtiva como “média empresa” também indica elementos distintos no processo de organização do trabalho e das relações de produção, configurando elementos de sociabilidade distintos do primeiro grupo.

Por outro lado, quando se analisa a pauta de produção da agricultura santomense, percebe-se que ainda predomina a vocação exportadora e monocultora, mesmo num contexto em que aproximadamente 85% dos imóveis possuem no máximo 10 hectares e se identificam como unidades agrícolas familiares. A Figura 4 mostra que predominam as culturas comerciais, o cacau principalmente, como era durante o período colonial ou no decorrer das roças nacionalizadas.

Figura 4. Principais culturas realizadas pelos agricultores santomenses, 2007.



Uma hipótese para esse fato seria que essa é atividade que mais possibilita renda monetária para as famílias, sendo também aquela sobre a qual os novos agricultores possuem maior conhecimento sobre manejo e tratos de cultivo. Ainda, neste contexto, a idéia de que agricultores minifundistas e com baixa capacidade de investimento priorizam cultivos de subsistência e de auto-consumo, como forma de garantir segurança alimentar, é colocada em xeque pela realidade santomense. Tal situação reforça o argumento de que falta uma identidade produtiva e econômica para esses novos agricultores que ainda se orientam por uma racionalidade muito semelhante à que orientava as atividades nas roças coloniais ou, mas recentemente, nas empresas estatais.

2. A organização da produção e do trabalho pelos agricultores santomenses

Um elemento importante na percepção da identidade dos agricultores se refere ao perfil etário do grupo envolvido, uma vez que a transmissão geracional de conhecimento faz parte desse processo identitário, como argumentam Woortmann & Woortmann (1997), quando afirmam que cada cultura opera procedimentos técnicos, formas de saber e construções simbólicas específicas na transmissão do saber para o processo de trabalho. Ou seja, as relações de trabalho e o conjunto de conhecimentos e símbolos que possui, fazem parte desse processo de formação de identidades, que se dá por contato e compartilhamento. Percebe-se que 90% dos agricultores santomenses possuem mais de 30 anos, ou seja, foram socializados em três momentos de organização da vida e do trabalho sob condições muito distintas, o que dificulta a configuração de uma identidade

consolidada entorno da figura do agricultor autônomo e independente. O perfil etário assume especial importância quando se observa que, em pelo menos em metade de seus anos de vida e de suas trajetórias sociais predominou uma cultura de trabalhador assalariado e não de agricultores independentes.

Por outro lado, como o processo geracional de construção de identidades e de habilidades para o trabalho autônomo foi a tônica na formação social desses agricultores, pelas diferentes conjunturas sociais, políticas e econômicas vividas por estes, isso se reflete nas dificuldades enfrentadas pelos mais jovens que representam cerca de 10% do total de beneficiários da reforma agrária local. Estes jovens produtores não possuem nem a identidade de trabalhador rural forjada no trabalho nas roças privadas ou públicas, nem o conhecimento do ofício de agricultor autônomo, uma vez que não lhes foi transferido pelas gerações anteriores que, também não o possuíam.

Outro elemento o que distingue os novos agricultores santomenses do perfil típico dos pequenos agricultores familiares se refere à relação que podem estabelecer com terra enquanto local de vida e de trabalho. Essa perspectiva refere-se ao delineamento de como o trabalho é organizado pelos agricultores tendo em vista a articulação entre o trabalho na terra própria e a eventual venda de força de trabalho como forma de obtenção de renda monetária pelas famílias. Além do fato de que, via de regra, para os agricultores convencionais não há distinção entre o local onde se vive e aquele em que se trabalha. Tipicamente, para os agricultores convencionais e também para o campesinato tradicional, não há distinção formal entre o local de vida e o local de trabalho, situação que produziria uma disciplina caracterizada pela integração completa do trabalho nos princípios de sociabilidade das pessoas, ao que Thompson (1999) chamou de disciplina orientada “pelas tarefas”, fazendo uma distinção com disciplina orientada “pelo relógio”.

No caso de São Tomé e Príncipe, embora as propriedades rurais não sejam o local de moradia para a maioria das famílias, são, efetivamente, o principal local de trabalho para os proprietários e seus cônjuges. É interessante observar que em comunidades como Santa Catarina e Monte Café o percentual de cônjuges trabalhando nas propriedades é maior do que o de beneficiários. Tal situação está, de forma geral, associada ao trabalho feminino no cultivo de variedades de auto-consumo, enquanto o homem busca trabalho em atividades fora da unidade produtiva como forma de garantir renda monetária para a família. O certo é que, efetivamente, se observa a terra como lugar de trabalho da maioria dos novos agricultores o que indica um grande potencial para o desenvolvimento de atividades

produtivas mais rentáveis do ponto de vista da utilização dos recursos naturais. Por outro lado, essa realidade cria uma situação estranha, de agricultores que trabalham no meio rural e vivem em áreas urbanas. Esse processo de urbanização dos trabalhadores e produtores rurais vivenciado em São Tomé e Príncipe ocorre também com proletariado rural brasileiro que hoje se caracteriza por trabalhadores rurais com residência urbana.

Além das questões já mencionadas no que diz respeito à identidade, o estabelecimento de uma relação positiva entre terra, moradia e trabalho, pode potencializar também a capacidade produtiva das propriedades rurais tendo em vista a manutenção e ampliação dos produtos destinados ao auto-consumo, garantindo segurança alimentar no campo. Por outro lado, pode também otimizar cultivos comercialmente mais importantes possibilitando geração de renda monetária para as famílias e também contribuindo para a construção da segurança alimentar nas cidades e centros urbanos.

Outro elemento importante se refere ao fato de que apenas 55% dos agricultores trabalham exclusivamente em sua propriedade, sendo que em alguns distritos esse percentual cai ainda mais, chegando a pouco mais de 30% como no distrito de Agostinho Neto. Ou seja, um percentual muito expressivo dos agricultores santomenses, cerca de 45%, tem a produção agrícola como atividade parcial, dependendo da venda de força de trabalho para garantia de sua subsistência. A possibilidade de obter trabalho remunerado fora de sua unidade produtiva não é, necessariamente, um problema quando se deseja o desenvolvimento rural sustentável dessas comunidades. Na verdade, se bem conduzida, essa alternativa representa uma virtude dentro do que atualmente se convencionou chamar de atividades não-agrícolas, principalmente no contexto da agricultura familiar. Ou seja, a possibilidade do agricultor poder conjugar as tradicionais atividades produtivas na produção agrícola e animal, com outras atividades como a agroindústria, a produção artesanal, a pesca, o turismo e mesmo a venda da força de trabalho. Dessa forma, a articulação entre trabalho produtivo, aquele feito na sua própria terra, como trabalho remunerado, realizado em empresas públicas, privadas ou de forma autônoma, ampliam as possibilidades de sustentabilidade das unidades produtivas rurais, melhorando a renda monetária das famílias e, conseqüentemente, o índice de permanência no campo contribuindo para contenção do êxodo rural.

O problema emerge quando se observa que para cerca de 60% dos produtores rurais o trabalho fora da propriedade representa a maior parte da renda familiar, chegando a mais de 80% nos distritos de Monte Café e Colônia Açoreana, reforçando o argumento de que a

venda da força de trabalho é a atividade mais importante e não a venda ou o consumo de produtos agrícolas gerados pela propriedade da terra.

3. A identidade dos agricultores em São Tomé e Príncipe: um processo em curso

O processo de construção da identidade dos agricultores é, de modo geral, abordado em contextos que envolvem sucessão familiar, deslocamentos populacionais e programas de reforma agrária. A perspectiva geral é de que os beneficiários dos processos de reforma agrária são, via de regra, camponeses, posseiros e agricultores sem-terra ou com pouca terra. Tal situação, se verdadeira, implicaria numa transição mais simples entre a condição de sem-terra e a de proprietário rural, de efetivo agricultor que domina o conhecimento dos processos produtivos e, pela reforma agrária, também passa a ter a propriedade ou a posse legal da terra. Ou seja, de agricultor sem terra para agricultor com terra. Essa situação, quando ocorre, é mais comum em processos que envolvem posseiros, arrendatários e minifundistas onde a insegurança jurídica e econômica da falta de titulação, ou mesmo de terra, é superada pela ação do Estado com a realização da reforma agrária, uma vez que a bagagem cultural e a identidade de ser agricultor os trabalhadores envolvidos nesse processo já possuem. No entanto, essa situação não é a mais comum nos atuais processos de reforma agrária, seja nas pontuais experiências dos assentamentos rurais no Brasil ou no processo de reforma levada a cabo em São Tomé e Príncipe. Assim, afirma-se que, longe de ser uma mera questão semântica, o processo de reforma agrária implica grandes distinções quando se trata de “agricultores sem-terra” ou de “trabalhadores sem-terra”.

Em processos de reforma agrária, como o levando a cabo em São Tomé e Príncipe, onde a maioria dos beneficiários é formada por “trabalhadores rurais” que nunca tiveram terra (seja posse ou propriedade), alguns dos quais se constituem em meros vendedores de força de trabalho, alienados do conhecimento sobre o processo do trabalho, orientando-se não por sua experiência e habilidades, mas pelas determinações do patrão ou do capataz, não basta o acesso à terra. Esses trabalhadores não dominam o conhecimento do ofício, a arte ou o *metier* de agricultor, e por isso não se reconhecem como agricultores nem têm uma identidade marcada pela autonomia e por um determinado tipo de relação com a natureza e com o processo produtivo. Essa passagem brusca da condição de mero vendedor de força de trabalho para dono dos meios de produção, a terra, e com necessidade de explorá-lo, ocorre no processo de reforma agrária vivenciado em São Tomé e Príncipe. Ocorre também no processo de reforma agrária brasileiro, ou melhor, no processo de constituição

de assentamentos rurais, aonde a maioria dos beneficiários vem de atividades assalariadas como o corte da cana-de-açúcar, a colheita do café e mesmo de atividades urbanas, não dominando a “arte da agricultura”. Em São Tomé e Príncipe os antigos trabalhadores das roças privadas do período colonial e das fazendas estatais da fase imediatamente posterior à independência, viram-se transformados em agricultores com o acesso à terra propiciado pelo processo de reforma agrária iniciado em finais dos anos 80 do século passado. A questão é: Temos terra, e agora?

A forma “*leve-leve*” típica da cultura e das relações de sociabilidade e de trabalho em São Tomé e Príncipe retrata uma resistência e uma fuga à exploração característica do período colonial. Ser “*leve-leve*” ou levar a vida “*leve-leve*” era, e ainda é, uma reação à exploração e à falta de autonomia que marcava a vida dos trabalhadores naquele contexto. Agora, transformados artificialmente e repentinamente em agricultores, dono dos meios de produção, sem salários e demandando controlar e domar a natureza para extrair o sustento, esses trabalhadores se vêem num caminho nebuloso e cheio de armadilhas. A construção de uma nova identidade que, mantenha e valorize a condição de trabalhadores rurais que sempre foram, mas que incorpore e também valorize essa nova condição, é parte de um processo que a reforma agrária em São Tomé ainda não cumpriu. Formou, até o momento, novos proprietários, para que estes se constituam em novos agricultores se faz necessária, além de mudanças estruturais, a construção dessa nova identidade, como forma de criar e ocupar um espaço público e institucional dos agricultores como categoria social, com identidade própria.

Bibliografia:

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

MUNIZ, J. N., FERREIRA NETO, J. A., ROCHA, A., Diagnóstico socioeconômico do meio rural em São Tomé e Príncipe, Viçosa, São Tomé: universidade Federal de Viçosa, 2008.

THOMPSON, E. P., Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, K. O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. UnB, 1997.